



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA - SECPRE
Pra. Des. Edgard Nogueira s/n - Bairro Cabral - Centro Cívico - CEP 64000-830
Teresina - PI - www.tjpi.jus.br

Portaria (Presidência) Nº 2124/2022 - PJPI/TJPI/SECPRE, de 30 de setembro de 2022

Dispõe sobre a instituição do **Plano de Gestão de Continuidade de Negócios de TIC** no Âmbito do Poder Judiciário do Estado do Piauí.

O **PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**, Desembargador **JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a Resolução nº 370, do Conselho Nacional de Justiça, de 28 de janeiro de 2021, que institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTICJUD);

CONSIDERANDO a Resolução nº 232/2021, de 05 de julho de 2021, que dispõe, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí - TJPI, sobre o Sistema de Gestão de Segurança da Informação - SGSI e a Política de Segurança da Informação – PSI;

CONSIDERANDO a Tecnologia de Informação (TIC) como ferramenta indispensável à realização das funções institucionais do TJPI e como instrumento para viabilizar soluções que conduzam ao alcance dos objetivos estratégicos do Tribunal;

CONSIDERANDO o disposto no Levantamento iGovTIC-Jud-2021 do CNJ, referente à formalização e cumprimento do Plano de Gestão de Continuidade de Negócios de TIC;

R E S O L V E:

Art. 1º Fica instituído o o Plano de Gestão de Continuidade de Negócios de TIC no Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

Art. 2º Para os fins deste Ato, entende-se como:

I - Ameaça: qualquer atividade maliciosa, intencional ou acidentalmente, seja através de meios eletrônicos ou não, que possa explorar uma vulnerabilidade e, assim, obter acesso, danificar ou destruir um determinado ativo ou serviço.

II - Análise de Impacto nos Negócios (AIN): estimativa dos impactos resultantes da interrupção de atividades e de cenários de desastres que possam afetar a prestação jurisdicional do Tribunal, bem como técnicas para quantificar e qualificar esses impactos. Define também a criticidade dos processos de negócio, prioridades, interdependências e os requisitos de segurança da informação e comunicações para que os objetivos de recuperação sejam atendidos nos prazos estabelecidos.

III - Atividades Críticas: atividades que devem ser executadas de forma a garantir a consecução dos produtos e serviços fundamentais do órgão ou entidade, de forma que permitam atingir os objetivos mais importantes e sensíveis ao tempo.

IV - Ativos de informação: meios de armazenamento, transmissão e processamento, os sistemas de informação, bem como os locais onde se encontram esses meios e as pessoas que a eles têm acesso.

V - Continuidade de negócios: capacidade estratégica e tática de um órgão ou entidade de se planejar e responder a incidentes e interrupções dos negócios, minimizando seus impactos e recuperando perdas de ativos da informação das atividades críticas, de forma a manter suas operações em um nível aceitável, previamente definido.

VI - Desastre: incidente que tenha causado algum dano grave, colocado em risco algum ativo de informação crítico ou interrompido a execução de alguma atividade crítica por um período de tempo superior ao aceito pela organização.

VII - Estratégia de continuidade: abordagem de um órgão ou entidade que garante a recuperação dos ativos de informação e a continuidade das atividades críticas ao se defrontar com um desastre, uma interrupção ou outro incidente maior;

VIII - Gestão de Continuidade: processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais para uma organização e os possíveis impactos nas operações de negócio, caso estas ameaças se concretizem. Este processo fornece uma estrutura para que se desenvolva uma resiliência organizacional que seja capaz de responder efetivamente e salvaguardar os interesses das partes interessadas, a reputação, a marca da organização e suas atividades de valor agregado.

IX - Incidente: qualquer evento que possa causar a interrupção do negócio.

X - Plano de Continuidade: nome que se dá à documentação que abrange os procedimentos referentes à continuidade dos serviços de TIC e é composta por Plano de Continuidade Operacional e Plano de Recuperação de Desastres.

XI - Plano de Continuidade Operacional (PCO): documento que descreve procedimentos operacionais e técnicos a serem realizados frente a determinados cenários de falha, para manutenção dos serviços, ainda que em um nível mínimo de operacionalidade.

XII - Plano de Recuperação de Desastres (PRD): documento que descreve procedimentos técnicos, focado em ativos e serviços tecnológicos, a serem realizados frente a determinados cenários de falhas dos principais serviços de TIC, visando o retorno à normalidade.

XIII - Plano de Administração de Crises (PAC): documento que define as atividades das equipes envolvidas e quais as ações de contingência e comunicação deverão ser executadas durante e após a ocorrência de um desastre, com o intuito de minimizar os impactos, até a superação da crise.

XIV - Resiliência: poder de recuperação ou capacidade de uma organização resistir aos efeitos de um desastre.

XV - RPO (*Recovery Point Objective*): tempo máximo suportado de perda de dados de um determinado serviço ou processo de negócio após a ocorrência de um desastre.

XVI - RTO (*Recovery Time Objective*): Tempo máximo para retorno operacional de um serviço ou processo de negócio após a ocorrência de um desastre.

XVII - Sistemas essenciais: sistemas de informação do TJPI definidos como estratégicos e com alto impacto no negócio em caso de indisponibilidade.

Art. 3º O processo definido visa atingir os seguintes objetivos:

I - Reduzir o risco e minimizar o impacto de interrupções dos serviços e sistemas de TIC que suportam as atividades críticas do TJPI.
II - Manter os sistemas e serviços críticos de TIC em um nível minimamente operável e aceitável durante a ocorrência de um desastre, de forma a não interromper a prestação jurisdicional do TJPI.

III - Definir procedimentos para que as atividades críticas operem em nível de contingência quando da ocorrência de um desastre ou interrupção não programada, até que a situação retorne à normalidade.

Art. 4º O Plano de Gestão de Continuidade de Negócios de TIC observará o Anexo Único desta Portaria e dela parte integrante.

Art. 5º A documentação e as demais informações sobre o plano estão disponíveis no Portal da Governança de TIC, na página do TJPI.

Art. 6º Os papéis definidos no plano, relativos aos servidores da STIC, serão designados pelo Secretário da unidade.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 30 de setembro de 2022.

DESEMBARGADOR JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ANEXO ÚNICO
Portaria (Presidência) Nº 2124/2022 - PJPI/TJPI/SECPRE
PLANO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS DE TIC DO TJPI
VERSÃO 1.0.0

PROCESSO SEI Nº 22.0.000093192-0

Histórico de Versões

Versão	Descrição	Data	Responsável	Local
1.0.0	Atualização de papéis e atividades	09/2022	Gildean Alves / Enani Moura	INFRA/SEGINFO

1. Definição

O Plano de Gestão de Continuidade é um documento no qual ficam definidas as estratégias a serem adotadas a fim de que se mantenha o funcionamento das operações da instituição, caso ela venha a enfrentar intempéries causadas por fatores internos ou externos à organização.

2. Objetivo

2.1. Estabelecer as diretrizes e definir o processo de Gestão de Continuidade de Tecnologia da Informação e Comunicação, aplicáveis ao ambiente tecnológico deste Tribunal.

3. Motivações

- 3.1. Alinhamento às normas, regulamentações e melhores práticas relacionadas à matéria.
- 3.2. Correto direcionamento e dimensionamento de recursos tecnológicos para prover a Gestão de Continuidade de TIC.
- 3.3. Manutenção de um nível aceitável de resiliência dos serviços e sistemas de TIC frente a eventos que possam causar sua interrupção, contribuindo para contínua melhoria da prestação jurisdicional.
- 3.4. Estabelecer procedimentos de gestão para assegurar a continuidade das operações de TIC.

4. Escopo

4.1. Serviços de Tecnologia da Informação atinentes à STIC (Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação) que garantem o pleno funcionamento dos sistemas essenciais do TJPI.

5. Referências normativas

5.1. Norma Técnica ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013, que especifica os requisitos para estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente um sistema de gestão da segurança da informação dentro do contexto da organização.

5.2. Norma Técnica ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013, que fornece diretrizes para práticas de gestão de segurança da informação e normas de segurança da informação.

5.3. Norma Técnica ABNT NBR ISO/IEC 22301:2013, que normatiza o sistema de gestão de continuidade de negócios e especifica os requisitos para planejar, estabelecer, implementar, operar, monitorar, analisar criticamente, manter e melhorar continuamente um sistema de gestão documentado para se proteger, reduzir a possibilidade de ocorrência, preparar-se, responder e recuperar-se de incidentes de interrupção quando estes ocorrerem.

6. Conceitos e definições

6.1. Ameaça: qualquer atividade maliciosa, intencional ou acidentalmente, seja através de meios eletrônicos ou não, que possa explorar uma vulnerabilidade e, assim, obter acesso, danificar ou destruir um determinado ativo ou serviço.

6.2. Análise de Impacto nos Negócios (AIN): estimativa dos impactos resultantes da interrupção de atividades e de cenários de desastres que possam afetar a prestação jurisdicional do Tribunal, bem como técnicas para quantificar e

qualificar esses impactos. Define também a criticidade dos processos de negócio, prioridades, interdependências e os requisitos de segurança da informação e comunicações para que os objetivos de recuperação sejam atendidos nos prazos estabelecidos.

6.3. Atividades Críticas: atividades que devem ser executadas de forma a garantir a consecução dos produtos e serviços fundamentais do órgão ou entidade, de forma que permitam atingir os objetivos mais importantes e sensíveis ao tempo.

6.4. Ativos de informação: meios de armazenamento, transmissão e processamento, os sistemas de informação, bem como os locais onde se encontram esses meios e as pessoas que a eles têm acesso.

6.5. Continuidade de negócios: capacidade estratégica e tática de um órgão ou entidade de se planejar e responder a incidentes e interrupções dos negócios, minimizando seus impactos e recuperando perdas de ativos da informação das atividades críticas, de forma a manter suas operações em um nível aceitável, previamente definido.

6.6. Desastre: incidente que tenha causado algum dano grave, colocado em risco algum ativo de informação crítico ou interrompido a execução de alguma atividade crítica por um período de tempo superior ao aceito pela organização.

6.7. Estratégia de continuidade: abordagem de um órgão ou entidade que garante a recuperação dos ativos de informação e a continuidade das atividades críticas ao se defrontar com um desastre, uma interrupção ou outro incidente maior;

6.8. Gestão de Continuidade: processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais para uma organização e os possíveis impactos nas operações de negócio, caso estas ameaças se concretizem. Este processo fornece uma estrutura para que se desenvolva uma resiliência organizacional que seja capaz de responder efetivamente e salvaguardar os interesses das partes interessadas, a reputação, a marca da organização e suas atividades de valor agregado.

6.9. Incidente: qualquer evento que possa causar a interrupção do negócio.

6.10. Plano de Continuidade: nome que se dá à documentação que abrange os procedimentos referentes à continuidade dos serviços de TIC e é composta por Plano de Continuidade Operacional e Plano de Recuperação de Desastres.

6.11. Plano de Continuidade Operacional (PCO): documento que descreve procedimentos operacionais e técnicos a serem realizados frente a determinados cenários de falha, para manutenção dos serviços, ainda que em um nível mínimo de operacionalidade.

6.12. Plano de Recuperação de Desastres (PRD): documento que descreve procedimentos técnicos, focado em ativos e serviços tecnológicos, a serem realizados frente a determinados cenários de falhas dos principais serviços de TIC, visando o retorno à normalidade.

6.13. Plano de Administração de Crises (PAC): documento que define as atividades das equipes envolvidas e quais as ações de contingência e comunicação deverão ser executadas durante e após a ocorrência de um desastre, com o intuito de minimizar os impactos, até a superação da crise.

6.14. Resiliência: poder de recuperação ou capacidade de uma organização resistir aos efeitos de um desastre.

6.15. RPO (*Recovery Point Objective*): tempo máximo suportado de perda de dados de um determinado serviço ou processo de negócio após a ocorrência de um desastre.

6.16. RTO (*Recovery Time Objective*): tempo máximo para retorno operacional de um serviço ou processo de negócio após a ocorrência de um desastre.

6.17. Sistemas essenciais: sistemas de informação do TJPI definidos como estratégicos e com alto impacto no negócio em caso de indisponibilidade.

7. Diretrizes

7.1. A gestão de continuidade de TIC visa:

7.1.1. Reduzir o risco e minimizar o impacto de interrupções dos serviços e sistemas de TIC que suportam as atividades críticas do TJPI.

7.1.2. Manter os sistemas e serviços críticos de TIC em um nível minimamente operável e aceitável durante a ocorrência de um desastre, de forma a não interromper a prestação jurisdicional do TJPI.

6.1.3. Definir procedimentos para que as atividades críticas operem em nível de contingência quando da ocorrência de um desastre ou interrupção não programada, até que a situação retorne à normalidade.

7.2. A gestão de continuidade de TIC deve observar o resultado das análises de riscos de TIC e da análise de impacto de negócio realizadas, de forma a nortear as estratégias de continuidade.

7.3. Será elaborado Plano de Continuidade de TIC, com vistas a documentar os procedimentos necessários à operação em nível de contingência e comunicações necessárias, bem como o retorno à normalidade, quando da ocorrência de interrupções dos serviços e sistemas de TIC. Devem ser fornecidos recursos humanos, tecnológicos e financeiros para a manutenção e melhoria contínua da gestão de continuidade de TIC.

8. Processo de Gestão de Continuidade de TIC

8.1. O processo de Gestão de Continuidade de TIC é composto pelas seguintes etapas:

8.1.1. Planejamento - compreende a análise dos processos críticos para o negócio, a fim de estabelecer quais atividades da STIC são essenciais para prestação jurisdicional, quais deverão ser tratadas na Continuidade de TIC e quais estratégias serão utilizadas durante a ocorrência de um incidente. Compreende também a avaliação da necessidade de revisão dos planos já instituídos, seja em virtude do tempo decorrido desde sua aprovação, seja em razão de mudanças na infraestrutura, procedimentos ou testes realizados.

8.1.2. Execução - abrange a elaboração ou revisão dos planos pelas equipes técnicas, com a descrição dos cenários de falhas e os procedimentos técnicos para lidar com os problemas, a aprovação dos planos, seu armazenamento e divulgação.

8.1.3. Verificação - abrange a realização de testes periódicos dos Planos desenvolvidos e a análise dos incidentes críticos ocorridos (desastres) a fim de subsidiar a etapa de Melhoria.

8.1.4. Melhoria - compreende a identificação das oportunidades de melhoria e seu encaminhamento à consideração superior, com vistas a dar início ao novo ciclo do processo.

8.2. O desenho do processo de Gestão de Continuidade de TIC, a descrição das atividades, respectivos papéis e responsabilidades dos envolvidos no processo, bem como os modelos de documentos e indicadores definidos para o processo serão publicados no Portal da Transparência do TJPI na seção de Governança de TIC, após aprovação pela Presidência.

8.3. O processo será revisto anualmente ou em menor prazo, quando necessário, e eventuais alterações propostas nos documentos acima indicados serão, após aprovação pela Presidência deste TJPI, objeto de imediata divulgação na forma do item anterior.

9. Plano de Continuidade de TIC

9.1. O Plano de Continuidade de TIC é composto pelos Plano de Continuidade Operacional, Plano de Administração de Crises e Planos de Recuperação de Desastres.

9.2. O Plano de Continuidade de TIC deve ser periodicamente testado, de forma a garantir sua efetividade.

9.3. O Plano de Continuidade de TIC deve ser revisado no mínimo uma vez por ano ou, ainda, em função dos resultados de testes realizados ou após mudança significativa nos ativos de informação (infraestrutura tecnológica, processo, atividades etc).

9.4. O Plano de Continuidade de TIC será acionado quando verificadas interrupções parciais ou totais que impactem nas atividades críticas do TJPI.

9.5. Ocorrido o incidente, considerados os serviços, sistemas ou ativos afetados e a criticidade, as equipes técnicas responsáveis acionarão os Planos de Continuidade Operacional para a manutenção da continuidade das atividades, ainda que de forma contingencial, e os Planos de Recuperação de Desastre para retorno das atividades à normalidade.

9.6. A comunicação às partes interessadas observará as orientações contidas nos Planos de Continuidade Operacional.

9.7. Os ativos e serviços afetados pelo incidente serão monitorados pelas equipes responsáveis, a fim de subsidiar o fornecimento de informações à autoridade superior.

9.8. A ativação do Plano de Continuidade de TIC será encerrada quando da comunicação de retorno à normalidade dos serviços, sistemas ou ativos afetados.

10. Serviços essenciais do TJPI

Abrange todos os sistemas do TJPI definidos como essenciais, cujos valores dos parâmetros são definidos abaixo:

- Criticidade: Alta, baixa
- RPO/RTO: horas, dias, semanas, último backup válido
- Impacto: baixo, médio, alto, irrelevante e baixo

Tabela 01 - Parametrização do serviços essenciais de TIC em relação à continuidade de negócios.

	Serviço	Criticidade	RPO	RTO	Impacto			
					Financeiro	Legal	Imagem	Operacional
1	PJe 2g	alta			baixo	alto	alto	alto
2	e-TJPI	baixa			baixo	baixo	baixo	baixo

3	Diário da Justiça	alta			baixo	alto	alto	alto
3	Gestor RH	alta			médio	alto	médio	alto
4	BNMP	baixa			baixo	alto	baixo	baixo
5	Microsoft Teams 2g	baixa			baixo	baixo	alto	médio
6	SEI	alta			baixo	médio	alto	alto
7	COBJUD	alta			alto	alto	alto	alto
8	SEEU	baixa			baixo	alto	médio	médio
9	Selo Digital	alta			alto	alto	alto	alto
10	ThemisWeb	baixa			baixo	baixo	baixo	baixo
11	PJe 1g	alta			baixo	alto	alto	alto
12	Projudi	baixa			baixo	baixo	baixo	baixo
13	Portal do Advogado	baixa			baixo	baixo	alto	baixo
14	DRS Audiência	média			baixo	alto	médio	médio
15	PJe Mídias	baixa			baixo	médio	médio	médio
16	Microsoft Teams 1g	baixa			baixo	baixo	alto	médio
17	CPTEC	baixa			baixo	médio	médio	baixo

11. Identificação inicial de ameaças:

Eventos	Probabilidade	Possíveis causas
Interrupção de energia elétrica no data center	baixa	Interrupção do fornecimento de energia elétrica pela concessionária; Rompimento dos circuitos elétricos internos; Falha no grupo de UPS; Falha simultânea do gerador da sala cofre e do gerador do prédio, causada por problemas técnicos ou por falta de combustível.
Falha na climatização do data center	baixa	Falha em um ou mais equipamentos/elementos do grupo de climatização.
Indisponibilidade de internet e/ou rede de comunicação no data center	baixa	Interrupção do serviço de fornecimento de internet pela operadora de telecomunicação contratada; Rompimento de fibra óptica interna; Falha em equipamento de rede do data center ou em dispositivo que faz a interconexão com este.

Ataque cibernético interno	baixa	Vulnerabilidades nos softwares/hardwares; Engenharia social; Vazamento de acessos privilegiados; Ausência de ferramentas específicas de segurança;
		Ferramentas de segurança mal configuradas.
Ataque cibernético externo	Alta	Vulnerabilidades nos softwares/hardwares; Engenharia social; Vazamento de acessos privilegiados; Ausência de ferramentas específicas de segurança;
		Ferramentas de segurança mal configuradas.
Falha de hardware em dispositivos do data center	baixa	Falha em hardware que necessite de reparo ou substituição.
Incêndio	baixa	Curto circuito; Sobrecarga de equipamentos; Superaquecimento de equipamentos;
Desastres naturais	baixa	Enchentes, alagamentos, descargas elétricas causadas por raios, terremotos, erosão.
Colapso estrutural	baixa	Queda estrutural.
Conflito bélico	baixa	Bombardeio, em casos de guerra.

12. Papéis e Responsabilidades

Define a responsabilidade das equipes e de seus líderes quanto à execução de itens deste plano.

PAPEL	DESCRIÇÃO	RESPONSABILIDADES
Presidência	Órgão diretivo máximo do TJPI.	Aprovar os planos de continuidade de serviços essenciais de TIC encaminhados pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação e garantir os recursos necessários para o sucesso dos mesmos.
Comitê Gestor de Segurança da Informação	Comitê multidisciplinar formado por magistrados e servidores, de assessoramento da Administração na área de segurança da informação.	Analisar e manifestar-se sobre a documentação de Continuidade de Serviços Essenciais de TIC produzida pela área de TIC, apoiando a Presidência na avaliação do processo.
Comitê Gestor de TIC	Grupo formado pelo titular da área de TIC, gestores das unidades e servidores responsáveis pelos macroprocessos de TIC.	Validar a lista de serviços essenciais de TIC, validar os planos elaborados pelas unidades da área de TIC e definir os testes a serem realizados. Avaliar as proposições e documentos encaminhados pela Área de Segurança da Informação. Encaminhar as proposições às instâncias superiores, para avaliação e aprovação. Quando necessário, retornar avaliação à Área de SI, indicando pontos de melhorias a serem realizados.
Comitê de Desastre/Recuperação	Grupo formado pelo titular da área de TIC, gestores das unidades e servidores responsáveis pelos macroprocessos de TIC.	Ativar e Supervisionar a execução dos planos de continuidades de serviços essenciais de TIC na ocorrência de desastres ou incidentes de segurança da informação. Avaliar o plano periodicamente e decidir pelo seu acionamento quando da ocorrência de desastres, respondendo em nível institucional pela execução do plano e demais ocorrências relacionadas.

Sessão de Segurança da Informação	Unidade responsável pelo macroprocesso de segurança da informação e pelo Processo de Gestão de Continuidade de TIC.	Elaborar e atualizar modelos de documentos utilizados na gestão de continuidade de serviços essenciais de TIC.
		Assessorar o Comitê Gestor de Segurança da Informação
		e o Comitê de Gestão de TIC na análise e na tomada de decisões a respeito de situações decorrentes de incidentes e desastres de segurança da informação.
		Gerenciar os Processos de Gestão de Continuidade de TIC e manter a documentação relacionada atualizada.
Coordenação de Infraestrutura de TIC	Unidade técnica da área de TIC responsável pela infraestrutura de TIC.	Executar os procedimentos do PCTIC relacionados à infraestrutura de TIC.
Sessão de Segurança da Informação	Unidade responsável pelo macroprocesso de segurança da informação e pelo Processo de Gestão de Continuidade de TI.	Consolidar os planos e documentos que integram o PCTI.
Coordenação de Sistemas	Unidade técnica da área de TIC responsável pelos sistemas essenciais.	Executar os procedimentos do PCTIC relacionados aos sistemas essenciais.
Superintendência de Engenharia e Arquitetura	Unidade técnica responsável pela infraestrutura predial.	Executar os procedimentos do PCTIC relacionados à infraestrutura predial.
Assessoria de Comunicação	Unidade responsável pela comunicação institucional.	Realizar as comunicações institucionais referentes ao PCTIC.
Unidades de TIC e de outras áreas	Compreende as unidades técnicas da área de TIC, responsáveis por administrar os serviços essenciais de TIC da instituição e outras áreas do tribunal das quais os serviços essenciais dependam.	Preencher e revisar os Planos de Continuidade, de Recuperação de Desastres;
		Executar, quando necessário, os testes e ensaios periódicos; Executar os planos de sua competência na ocorrência de incidentes em cumprimento a determinação do Comitê de Gestão de TIC; Apoiar a Área de Segurança da Informação no processo.

13. Contatos

Papel	Telefone	Email
Coordenação de Infraestrutura de TIC	(86) 3215-7419	stic.infra@tjpi.jus.br
Sessão de Segurança da Informação	(86) 3215-7419	stic.infra@tjpi.jus.br
Coordenação de Sistemas	(86) 3218-0800	stic.judicial@tjpi.jus.br stic.admin@tjpi.jus.br
Superintendência de Engenharia e Arquitetura	(86) 3221-8284	engenharia@tjpi.jus.br
Assessoria de Comunicação	(86) 3216-7435 Ramal 2113	ascom@tjpi.jus.br

14. Comunicações

As comunicações internas entre os envolvidos na execução do PCTIC serão realizadas por meio dos telefones e emails disponibilizados na sessão Contatos.

Na ocorrência de uma crise, a ASCOM deverá ser imediatamente informada dos seus motivos, devendo ser consultada antes que sejam tomadas decisões que impliquem ações específicas de comunicação, como o contato com os públicos estratégicos. Cabe a ASCOM estabelecer critérios de postura junto ao público externo. Porém, para eventuais comunicados escritos à imprensa por parte da ASCOM, as dúvidas técnicas pertinentes deverão ser relacionadas antes de qualquer publicação, sem exceção. No caso de detalhamento técnico do problema à imprensa falada ou televisiva, o porta-voz da instituição deverá ser assessorado por uma pessoa do corpo técnico de TIC, designado pelo gestor da área de TIC em exercício.

15. Invocação do Plano de Continuidade

O PCTI será acionado pelo Comitê de Desastre/Recuperação quando a ocorrência de algum dos eventos de ameaças gerar indisponibilidade de algum dos sistemas essenciais por período superior ao RTO definido ou na ocorrência de um risco desconhecido que também gere esta mesma indisponibilidade.

O plano poderá também ser invocado em casos de testes ou por determinação do Comitê de DR.

16. Protocolo de Tratamento do PCTIC

É composto de fases ou macroprocessos que se encontram definidos e desmembrados em subplanos específicos para cada área de atuação, quando da ocorrência de um desastre. A sequência de atividades está listada abaixo:

- i - Identificação e declaração de desastres;
- ii - Ativação do processo de DR;
- iii - Comunicar o desastre;
- iv - Avaliação da corrente e prevenção de mais danos;
- v - Ativação da solução de Contingência;
- vi - Estabelecer operações de TI;
- vii - Reparação e reconstrução da instalação principal;
- viii - Retorno das operações para Ambiente principal.

Os subplanos do PCTIC juntamente com seus objetivos estão assim organizados:

Plano de Continuidade Operacional (PCO): Seu objetivo é garantir a continuidade dos serviços críticos de TIC na ocorrência de um desastre, enquanto recupera-se o ambiente principal. O PCO é fortemente orientado aos processos(sistemas) e serviços.

Plano de Administração de Crise (PAC): Definir as atividades das equipes envolvidas e gerenciar as ações de contingência e comunicação durante e após a ocorrência de um desastre, com intuito de minimizar impactos, até a superação da crise.

Plano de Recuperação de Desastre (PRD): Planejar e agir para que, uma vez controlada a contingência e passada a crise, a Secretaria de Tecnologia do TJPI retome seus níveis originais de operação no ambiente principal.

Plano de Testes e Validação (PTV): Um plano de Continuidade de Negócios só está apto a funcionar após ser testado e exercitado. Este plano define a periodicidade e tipos de teste que serão realizados.

17. SUBPLANOS DO PCTIC

Define os subplanos específicos para cada área de atuação, quando da ocorrência de um desastre.

17.1. Plano de Continuidade Operacional (PCO)

Este plano descreve os cenários de inoperância e seus respectivos procedimentos alternativos planejados, definindo as atividades prioritárias para garantir a continuidade dos serviços essenciais.

17.1.2. Objetivo e Escopo

É escopo deste plano garantir ações de continuidade durante e depois da ocorrência de uma crise ou cenário de desastre tratando-se apenas das ações de contingência definidas na estratégia.

São objetivos do PCO:

- i - Prover meios para manter o funcionamento dos principais serviços de TI e a continuidade das operações de TI, dos sistemas essenciais.
- ii - Estabelecer procedimentos, controles e regras alternativas que possibilitem a continuidade das operações de TI durante uma crise ou cenário de desastre.
- iii - Estabelecer uma equipe para cada plano PCO, PRD e PAC
- iv - Definir os formulários, checklists e relatórios a serem entregues pelas equipes ao executar a contingência.

17.1.2. Execução do PCO

17.1.2.1 Avaliação do impacto: Identificada a ocorrência de um incidente ou crise, o chefe da sessão competente deve verificar a dimensão do impacto, extensão e possíveis desdobramentos do ocorrido. Em seguida, todas as equipes envolvidas devem receber informações sobre o ocorrido.

17.1.2.2 Acionamento do plano: Dado o aval pelo COMITÊ DE DR sobre o acionamento do plano, a equipe responsável convocará reunião de emergência com os líderes do PRD e PAC com o intuito de:

- i - Coordenar prazos e orquestrar as ações de contingência.
- ii - Informar às equipes ações de contingência com a priorização dos serviços essenciais.

17.1.2.3 Ações de contingência: Devem ser adotadas para cada processo ou serviço essencial.

17.1.2.4 Encerramento do PCO: Uma vez validado o retorno dos sistemas essenciais e estabilidade do data center deverá ser emitido um parecer ao comitê relatando as atividades realizadas neste PCO. Informar à equipe de comunicação o retorno das atividades.

17.2 Plano de Administração de Crise (PAC)

Este plano especifica as ações ante os cenários de desastres. As ações incluem gerir, administrar, eliminar ou neutralizar os impactos, inerente ao relacionamento entre os agentes envolvidos e/ou afetados, até a superação da crise, através da orquestração das ações e de uma comunicação eficaz.

17.2.1 Objetivo: O objetivo deste plano é garantir a comunicação, gerenciar as crises e viabilizar uma compreensão linear a todos os envolvidos das ações antes, durante e após a ocorrência de uma catástrofe. São objetivos específicos do PAC:

- i - Garantir a segurança à vida das pessoas;
- ii - Minimizar transtornos sobre os desdobramentos de incidente e estimular o esforço em conjunto para superação da crise.
- iii - Orientar os funcionários e demais colaboradores com informações e procedimentos de conduta.
- iv - Informar a sociedade em tempo e com esclarecimentos condizentes com o ocorrido.

17.2.2 Execução do PAC

17.2.2.1 Comunicação na ocorrência de um Desastre

Na ocorrência de um desastre será necessário entrar em contato com diversas áreas, principalmente as afetadas para informá-las de seu efeito na continuidade dos serviços e tempo de recuperação. A equipe de comunicação será responsável por contatar estas unidades e passar as informações pertinentes a cada grupo, setor ou seguimento.

A comunicação com cada parte ocorrerá da seguinte forma:

17.2.2.1.1 Comunicar às Autoridades

A prioridade da equipe de comunicação será assegurar que as autoridades competentes tenham sido notificadas da catástrofe, principalmente se envolver risco às pessoas, fornecendo as seguintes informações de localização, natureza, magnitude e impacto do desastre.

Autoridade	Número	Data/hora	Num. Ocorrência
Polícia	190		
Bombeiros	193		
Samu	192		

17.2.2.2 Comunicação após um Desastre

Após reunião com líderes do PRD e PCO, a equipe de comunicação elaborará um breve programa de comunicação para acionar as partes envolvidas e afetadas de modo a manter todos bem informados e passar a todos a perspectiva dos esforços necessários para o reestabelecimento dos serviços inativos.

17.2.2.2.1 Comunicação com os funcionários

A equipe de comunicação deverá prover um meio de contato específico para este fim, com intuito de que as unidades do TJPI mantenham-se informadas da ocorrência de um desastre e da inatividade dos serviços essenciais de TI.

Números de contatos a serem disponibilizados:

Telefone: (86) 3215-7419

Email: stic.infra@tjpi.jus.br

Central de serviços: <https://glpi.tjpi.jus.br>

17.2.2.2.2 Comunicar unidades e setores do TJPI

- Acionar diretamente às unidades afetadas pelo desastre e fornecer contato
- Natureza, impacto e abrangência da catástrofe
- Ações de contingência em andamento
- Processos/sistemas e serviços cobertos pelo plano de continuidade (serviços essenciais)

17.2.2.3 Comunicar fornecedores e prestadores de serviços 17.2.2.4 Comunicar Colaboradores externos, cidadãos e mídia. A equipe de comunicação, em consonância com a Assessoria de Comunicação do TJPI, deverá fornecer informações pertinentes aos colaboradores externos: Advogados, cidadãos e outros órgãos.

Buscar publicar em meios oficiais e de ampla divulgação as informações sobre o ocorrido.

17.2.2.5 Comunicar o retorno das operações

Comunicar a todas as partes acima supracitadas quando ocorrer o retorno das operações à normalidade.

17.2.3 Encerramento do PAC

Uma vez validado o funcionamento do retorno dos sistemas essenciais e estabilidade do datacenter a equipe de comunicação entrará em contato com as partes descritas neste plano provendo as informações de retorno das operações com as informações de status dos serviços essenciais.

Compor relatório com relação das atividades necessárias após a ocorrência do desastre como remanejamento dos canais de informação, abertura e acompanhamento de chamados correlatos ao ocorrido.

17.3. Plano de Recuperação de Desastre (PRD)

Este plano descreve os cenários de inoperância e seus respectivos procedimentos planejados, definindo as atividades prioritárias para reestabelecer o nível de operação dos serviços no ambiente afetado dentro de um prazo tolerável.

17.3.1. Objetivo e Escopo

É escopo deste plano garantir o retorno das operações do ambiente principal depois da ocorrência de uma crise ou cenário de desastre tratando-se apenas dos ativos, conexões e configurações deste ambiente.

São objetivos PRD:

- Avaliar danos aos ativos e conexões do datacenter e prover meios para sua recuperação.
- Evitar desdobramentos de outros incidentes na facilidade principal.
- Reestabelecer o datacenter dentro do prazo tolerável

17.3.1.1 Execução do PRD

17.3.1.1.1 Identificar ativos danificados: As sessões vinculadas à Coordenação de Infraestrutura de TI deverão identificar e listar todos os ativos danificados da ocorrência do desastre.

17.3.1.1.2 A sessão de redes deverá identificar as interrupções de conexões e acessos gerados após o desastre, informando se a abrangência está na rede local, rede WAN ou com o provedor de serviços.

17.3.1.1.3 Listar serviços descontinuados

A equipe do PRD deverá mapear quais serviços foram descontinuados contendo as informações de perda de ativo e de conexão com intuito de levar ao conhecimento do COMITÊ DE DR. O relatório deverá abranger todos os componentes necessários à plena operação das aplicações como servidores, máquinas virtuais, banco de dados, firewall, storage, routers e switches, bem como respectivas configurações de proxy, dns, rotas, vlans etc.

17.3.1.1.4 Elaborar cronograma de recuperação

O líder do PRD após o mapeamento das perdas e impactos elaborará um breve cronograma de recuperação das aplicações levando em consideração:

- A priorização dos serviços essenciais, ou determinação de nível institucional;
- O RTO definido para cada serviço essencial; ▫ A força de trabalho disponível.

17.3.1.1.4.1 Substituição de ativos e equipamentos

Em caso de perda de ativos, deverá ser imediatamente informado ao comitê de DR a necessidade de aquisição de ativos perdidos que não puderem ser recuperados. A equipe irá mensurar quanto tempo a aquisição irá impactar o RTO de cada serviço comunicando ao COMITÊ DE DR se há alguma solução alternativa a ser tomada enquanto é realizada a aquisição.

A coordenação de infraestrutura de TI deve verificar quais ativos de TI que foram danificados estão cobertos por garantia e se pode ser acionada com os fornecedores.

As informações pertinentes à alteração do tempo de recuperação dos serviços serão passadas às equipes do PCO e PAC.

17.3.1.1.4.2 Reconfiguração de ativos e equipamento

As configurações dos ativos reparados ou substituídos deverão ser verificadas para garantir que estão em funcionamento pleno. Caso não estejam, prover cronograma estimado para configurar estes ativos informando à equipe de comunicação e ao COMITÊ DE DR.

17.3.1.1.4.3 Teste do ambiente

O ambiente principal do datacenter antes do recovery dos dados do backup deverá ser testado afim de garantir que o processo de recuperação ocorra conforme o planejado. Os testes incluem:

- Garantir os mesmos níveis de capacidade e disponibilidade dos serviços essenciais antes do desastre;
- Validar configurações que precisaram ser refeitas tanto em sistemas como em equipamentos;

17.3.1.1.4.4 Recuperar dados do backup

Proceder com a recuperação dos dados para as aplicações.

17.3.1.2 Encerramento do PRD

Ao término do procedimento de *recovery*, as informações da recuperação de serviços serão consolidadas em parecer específico informando horário de reestabelecimento de cada serviço, equipamentos adquiridos, procedimentos de recuperação realizados e fornecedores acionados.

18. Validação e teste de PCTIC

O PCTI será testado e validado em reunião entre os líderes de cada subplano a cada semestre ou com a insurgência de novos fatores de risco, mudança na análise de impacto ou com a inclusão de um novo serviço no plano de continuidade.

Data	Tipo	Motivo	Status

- Data: Refere-se ao dia da execução ou validação do teste;
- Tipo: de mesa, caminho percorrido, simulação, entre outros;
- Motivo: motivo pelo qual o teste foi necessário;
- Status: programado, executado, planejado, agendado.

19. Atualização da Norma

19.1. As diretrizes previstas na presente norma serão atualizadas na forma do art. 14 § 1º da Política de Segurança da Informação vigente sempre que alterados os procedimentos de Gestão de Continuidade de TIC, observada a periodicidade prevista para a Política de Segurança da Informação.



Documento assinado eletronicamente por **José Ribamar Oliveira, Presidente**, em 30/09/2022, às 14:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **3669007** e o código CRC **52DD45B0**.